



AOFA



Associação de Oficiais
das Forças Armadas

COMUNICADO

(2012SET14)

ASSUNTO: INICIATIVAS CÍVICAS

Aproximando-se a realização de iniciativas de carácter cívico, reflexo das medidas anunciadas e expressão de um irrecusável mal-estar transversal a toda a sociedade, como comprovadamente atestam declarações de eminentes personalidades dos diferentes quadrantes políticos e sociais, vimos, por este meio, manifestar a nossa calorosa solidariedade a todos os portugueses que sofrem o peso dos enormes sacrifícios que lhes foram impostos, relembando que já o fizemos no passado ano de 2011.

Porque, antes de mais, somos cidadãos sujeitos às mesmas injustas e iníquas medidas, tomadas por aqueles que constitucionalmente estão obrigados a zelar pelo bem comum, a pretexto da reparação de situações em que os penalizados não tiveram qualquer responsabilidade e de que outros foram certamente beneficiários.

E, porque ser cidadão não se resume apenas à circunstância de estar em sociedade, uma vez que é necessário também participar de algum modo na sua transformação, solidarizamo-nos com todas as iniciativas que, no exercício de um direito de cidadania, afirmem a recusa face a práticas injustas sempre apresentadas sob a capa de nobres objetivos, reiteradamente utilizadas para:

- Enganando e brandindo o medo, apresentar promessas que não se cumprem, como de resto e cada vez mais, insuspeitos concidadãos vão reconhecendo;
- Justificar soluções sistematicamente penalizadoras, ancoradas na repetida afirmação de que as opções são de irrecusável responsabilidade, quando os factos invariavelmente demonstram o contrário;
- Repetir, uma vez mais, o enganoso anúncio de que, aplicados que sejam sacrifícios impostos, a solução está logo ali à frente e, logo de seguida, darem o dito por não dito e, em doses redobradas, penalizarem sempre os mesmos, enquanto outros, cá ou noutras paragens, vão acumulando riqueza sem limite, assim retirada a quem não tem outro bem que não seja essencialmente a remuneração resultante do seu trabalho.

Num momento como este, por todos reconhecido como de extrema gravidade e em que as tensões sociais poderão culminar em justos protestos e outras manifestações de cidadania e indignação constitucionalmente consentidas, importa ainda afirmar que a Associação de Oficiais das Forças Armadas reitera aqui o firme propósito de que, no que de si depender, os militares não serão, nunca, como a Constituição obriga, instrumento de repressão sobre os seus concidadãos que um dia juraram defender, na senda, aliás, de afirmações que no mesmo sentido foram proferidas por Sua Excelência o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

O Presidente

Manuel Martins Pereira Cracel
Coronel TPAA